

# Resumo de notícias econômicas

24 de Agosto de 2021 (terça-feira)

Ano 3 n. 159

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 24 DE AGOSTO DE 2021

## A indústria siderúrgica a todo vapor

### Broadcast

Mais do que recuperada da crise, a indústria do aço está superando seu desempenho anterior a ela. O Instituto Aço Brasil, representante das empresas do setor, projeta para 2021 o melhor desempenho no consumo aparente e nas vendas internas desde 2013 e a maior produção da história. Em abril de 2020, as siderúrgicas chegaram a paralisar fornos e linhas de produção, operando com 45% da capacidade instalada. Com a aceleração da demanda das indústrias de máquinas e equipamentos, automotivos e, sobretudo, construção civil, o índice está em 73,5%. De janeiro a julho, a produção, as vendas internas e o consumo aparente cresceram, respectivamente, 22%, 38,4% e 44,9% em relação ao mesmo período de 2020.

Os desarranjos provocados pela crise ainda geram atritos. A indústria de construção, também em crescimento, alega que seu desempenho só não é melhor por causa da alta nos preços do aço. A Câmara Brasileira da Indústria de Construção chegou a acusar as siderúrgicas de desligar os altos-fornos para especular, e protocolou denúncia de reajuste abusivo no Ministério da Justiça e um pedido para zerar a tarifa de importação de aço no Ministério da Economia. As siderúrgicas alegam que os fornos foram desligados em razão da contração súbita da demanda e que a alta das commodities elevou expressivamente os preços de insumos como o minério de ferro e a sucata.

A Secretaria Nacional do Consumidor parece corroborar suas alegações. Em nota, o órgão afirmou que a recuperação abrupta do mercado de construção em 2020 gerou um descasamento entre demanda e oferta e que não identificou ações oportunistas por parte dos fornecedores. Segundo o Aço Brasil, o mercado se encontra abastecido e em vias de normalização. A confiança do setor é alta. O Aço Brasil, que revisara a previsão de crescimento do consumo aparente de 2021 sobre 2020, de 5,8% para 15%, revisou-a agora para 24%.

Na agenda pública, as siderúrgicas fazem coro com o resto da indústria e outros setores produtivos por mais investimentos em infraestrutura e um sistema tributário mais justo e ajustado, que simplifique procedimentos, elimine a cumulatividade de impostos e desonere investimentos. Na política, os produtores de aço pedem um ambiente institucional mais estável.

## **Sem verba, Casa Verde e Amarela pode parar**

### **O Estado de S. Paulo**

A construção de moradias para famílias de baixa renda no Casa Verde e Amarela, substituto do Minha Casa Minha Vida, pode ser paralisada entre o fim de agosto e o início de setembro por falta de dinheiro. O orçamento do programa está perto de se esgotar e não há previsão de novo crédito. Considerado vitrine eleitoral do presidente Bolsonaro – está perto de se esgotar, e não há até o momento previsão de novos créditos; entidade que representa construtoras procura ajuda de parlamentares para manter repasses em dia

Vitrine eleitoral do presidente Jair Bolsonaro, as obras de moradias para famílias de baixa renda no Casa Verde e Amarela podem ser paralisadas entre o fim de agosto e o início de setembro por falta de dinheiro. O orçamento do programa está perto de se esgotar, e não há até o momento previsão de um novo crédito para dar mais recursos ao programa.

Hoje, o programa habitacional substituto do Minha Casa Minha Vida conta com apenas R\$ 400 milhões do Orçamento da União para o faixa 1 (destinado a famílias que ganham até R\$ 2 mil mensais). O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) precisa de um adicional equivalente ao dobro disso (R\$ 800 milhões) para manter as obras até o fim do ano.

O governo até prepara o envio de dois projetos de lei para abrir créditos no Orçamento, no valor total de R\$ 4,7 bilhões, mas segundo a apuração da reportagem com duas fontes envolvidas na elaboração dessas propostas, não haverá recursos para o Casa Verde e Amarela.

Pelas discussões internas do governo, o Ministério da Infraestrutura deve receber R\$ 1 bilhão desse dinheiro. Também haverá recursos para o Fundo de Garantia

à Exportação, para honrar financiamentos que deixam de ser pagos por outros países e que são segurados por esse fundo, e para a criação da subsidiária da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, que será dividida para posterior privatização.

Os projetos que abrem os créditos ainda não foram enviados ao Congresso Nacional. O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, ainda está conversando internamente no governo para buscar uma solução para a continuidade das obras.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por sua vez, tem procurado ajuda no Congresso Nacional. O presidente da CBIC, José Carlos Martins, afirma que o presidente da Câmara, Arthur Lira, lhe assegurou, durante almoço após inauguração de uma obra em Maceió (AL), que não faltarão recursos para o Casa Verde e Amarela. “O presidente Arthur Lira disse para não nos preocuparmos, que teria um PLN (projeto de lei ao Congresso Nacional) a tempo de atender às nossas necessidades, não está havendo falta de arrecadação”, disse Martins.

Mesmo que o projeto seja enviado sem previsão de recursos para o programa habitacional, o Congresso tem autonomia para remanejar verbas e decidir para onde vai o dinheiro. Por isso, a indústria da construção aposta no apoio dos parlamentares. O valor total do crédito, porém, não pode superar o espaço que existe no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação, mesmo que haja aumento na arrecadação.

Segundo o MDR, o governo federal entregou 19.684 unidades habitacionais do faixa 1 do Casa Verde e Amarela em 2021, e outras 153 mil moradias estão em andamento. “O MDR está em tratativas com o Ministério da Economia e o Congresso Nacional para viabilizar a suplementação necessária para o ano”, diz a pasta em nota.

Veto. No início do ano, o impasse em torno do Orçamento de 2021 – e a necessidade de destinar recursos a emendas parlamentares para honrar um acordo político do presidente Jair Bolsonaro – resultou no veto total da verba de R\$ 1,37 bilhão programada para o Casa Verde e Amarela este ano. Desde então, apenas R\$ 400 milhões foram repostos. O Nordeste é o principal perdedor da paralisação das obras. No início do ano, a CBIC estimou que 40% das obras em andamento estão na região, considerada

crucial para os planos de reeleição do presidente. É para lá que Bolsonaro tem viajado seguidamente, inaugurando novas casas.

## **Governo deve prever rombo de R\$ 70 bi no ano que vem**

### **Broadcast**

O governo deve enviar uma proposta de Orçamento para 2022 prevendo déficit de cerca de R\$ 70 bilhões, segundo apurou o Estadão/broadcast. A estratégia da equipe econômica é enviar primeiro o projeto e depois buscar condições políticas de reduzir a meta fiscal para algo próximo desse valor, o que depende do envio ao Congresso de uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem, ainda não sancionada oficialmente.

A equipe econômica defende a mudança da meta para não dar margem a despesas “extrateto”, ou seja, fora do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação). Com a arrecadação extra e uma meta mais larga, poderia haver pressão para usar a válvula de escape sem que isso esbarrasse nas regras que foram estipuladas na LDO.

Hoje, a meta fiscal de 2022 permite um rombo de até R\$ 170,5 bilhões, mas a recente melhora na arrecadação da União resultará em um déficit menor. Essa avaliação está sendo feita considerando que não haja novos créditos extraordinários para o combate à covid-19 em 2022. Se o governo tiver de desembolsar em 2022 algum resto a pagar – despesas que ficam pendentes de um ano para o outro – de crédito extraordinário relacionado à pandemia e que foi aberto neste ano, será um volume “muito menor” do que o verificado na passagem de 2020 para 2021. No final de julho a equipe econômica já via a possibilidade de propor uma mudança na meta fiscal de 2022 para uma redução de R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões na previsão de rombo.

Naquela época, a melhora era calculada em até R\$ 100 bilhões, mas técnicos buscavam números conservadores diante da possibilidade de perda de arrecadação em decorrência da aprovação da reforma do Imposto de Renda (IR). A discussão do IR é justamente um dos motivos para a proposta de mudança da meta não ser encaminhada agora. Antes, é preciso ter uma definição mais clara de como ficará o desenho da

proposta, uma vez que várias medidas lá contidas podem afetar o resultado das contas públicas. A proposta patina na Câmara, após tentativas frustradas de votação.

Os números finais também dependem dos rumos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que parcela o pagamento de dívidas judiciais da União (precatórios) e do novo programa social, o Auxílio Brasil, desenhado para suceder ao Bolsa Família.

A avaliação na área econômica é de que a foto da situação fiscal está bem melhor do que no final de 2020, mas há ainda fatores de incerteza sobre a velocidade de melhora das contas públicas. O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, disse em audiência pública no Congresso que, em um cenário de melhora da arrecadação e trajetória de estabilidade da dívida, o governo espera a volta das contas ao azul (ou seja, superávit, com receitas maiores que despesas) “talvez em 2023”. Esse cenário, porém, está condicionado à manutenção do teto de gastos.

## **Guedes refuta reforma se ‘piorar’ tributo**

### **O Estado de S. Paulo**

Em meio a fortes críticas às propostas de reforma tributária apresentadas pelo governo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que prefere desistir a aprovar um texto que piore o sistema – seja aumentando a carga tributária ou prejudicando os governos regionais.

“A desigualdade é enorme no Brasil porque a gente tributa errado. Não vamos fazer nenhuma insensatez. Quero deixar claro o seguinte: eu prefiro não ter reforma tributária a piorar. Só que tem muita gente gritando que está piorando, mas é quem vai começar a pagar. Temos de ver mesmo se vai piorar ou não. Se chegar à conclusão de que vai piorar, é melhor não ter”, afirmou ele, em sessão do Senado sobre a PEC 110/2019, que unifica os impostos sobre consumo de bens e serviços.

O governo enviou duas propostas de reforma ao Congresso. A primeira prevê a unificação do PIS e da Cofins num novo tributo, batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O texto foi enviado em junho do ano passado, mas está com a tramitação parada. Um segundo projeto, enviado em junho deste ano, propõe mudanças no Imposto de Renda cobrado sobre empresas, pessoas físicas e investimentos.

Especialistas afirmam que o parecer do projeto de reforma do IR amplia as distorções do sistema tributário, ao aumentar as diferenças na forma como as pessoas são tributadas. Esses especialistas dizem que seria melhor que o texto fosse abandonado. A reforma do IR já teve sua votação adiada por três vezes, em meio a pressões de todos os tipos. Para os especialistas, a reforma não tem conserto diante dos lobbies para novas concessões – e que incluíssem até mesmo negociações que vão além do projeto, como uma mudança na forma como o piso do magistério é reajustado. Na melhor das hipóteses, acrescentam, seria melhor dividir o projeto e aprovar neste momento apenas a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

O impasse para esse caminho, no entanto, é como compensar a perda de receita com o aumento da faixa de isenção (dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil) e a correção da tabela. O governo também utilizou a taxação da distribuição de dividendos para lançar o novo Bolsa Família e cumprir a legislação fiscal que exige compensação quando um novo gasto é criado.

Guedes voltou a defender a volta da tributação de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas para as pessoas físicas. A ideia é de que a alíquota seja de 20%, mas com exceções: seriam isentos lucros e dividendos distribuídos por empresas do Simples Nacional ou do lucro presumido (regime simplificado muito usado por médicos, advogados, contadores e economistas) no limite de até R\$ 4,8 milhões anuais.

Na área econômica, depois da ampliação das isenções, a preocupação é com o risco fiscal: o custo da proposta e seu impacto nas contas públicas. Apesar do apoio oficial de Guedes, a avaliação interna é de que o projeto não serve se ampliar o risco fiscal num ambiente já conturbado entre os investidores, como mostrou o Estadão. Nesse caso, o melhor seria focar na votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de parcelamento dos precatórios (dívidas judiciais que a União precisa quitar). A Receita Federal também tem alertado para os problemas no parecer, principalmente em relação ao incentivo à “pejotização”, prática em que profissionais liberais pagam menos imposto ao aderir ao regime de pessoa jurídica.

## **Energia já subiu 7% no ano, fora a bandeira tarifária**

### **O Estado de S. Paulo**

Desde janeiro, as tarifas de energia para os consumidores residenciais no País subiram, em média, 7,15%. Cálculos preliminares da Aneel apontam que a conta de luz pode subir 16,68% em 2022. Esse reajuste ocorre à parte da taxa da bandeira tarifária, adotada para fazer frente ao custo do uso de usinas térmicas na crise hídrica.

A crise hídrica neste ano já deixou a conta de luz mais cara, devido à taxa adicional para fazer frente ao custo das térmicas, mas os reajustes anuais também pesaram. Desde janeiro, as tarifas para os consumidores residenciais subiram, em média, 7,15%. E a tendência é de piora. Cálculos preliminares da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apontam que as tarifas podem subir, em média, 16,68% em 2022, em plena disputa eleitoral.

A Aneel atualizou as tarifas de 30 concessionárias de distribuição, que servem a 16 Estados. Consumidores de municípios de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, atendidos pela Energisa Sul Sudeste, tiveram o reajuste mais alto até agora: 11,29%. Moradores atendidos pela Cemig, em Minas Gerais, e pela Sulgipe, que atende os municípios em Sergipe e na Bahia, não tiveram reajustes neste ano ou as contas ficaram ligeiramente mais baratas, respectivamente.

Entre os principais fatores para a alta das tarifas, estão encargos setoriais, despesas com compra e transporte de energia, efeitos do IGP-M (já que diversas distribuidoras têm contratos atrelados ao índice de preços) e câmbio. Ainda que acentuados, sobretudo em um momento em que a conta já está pressionada pelos custos das térmicas, os reajustes poderiam ter sido maiores. A Aneel aprovou um pacote de medidas para “segurar” os reajustes – e estuda fazer o mesmo em 2022. Entre as ações estão o abatimento de créditos tributários cobrados de forma indevida dos consumidores, o adiamento do pagamento de indenizações às transmissoras e de remuneração das distribuidoras e o uso de recursos que seriam destinados a programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de eficiência energética.

Em audiência pública na Câmara o superintendente de Gestão Tarifária da Aneel, Davi Antunes Lima, explicou que a previsão de aumento em 2021, por causa da pandemia e dos custos da energia, era de R\$ 29,57 bilhões – o que resultaria em

reajustes na faixa de 18%. Com as medidas, os custos foram reduzidos para R\$ 18,83 bilhões. “A Aneel é muito sensível em relação à tarifa de energia elétrica. Fazemos esforços para atenuar esses impactos tarifários”, afirmou. “Empurrar” as despesas, porém, pode levar a conta a disparar nos próximos anos. “A Aneel ficar jogando para frente uma série de aumentos como tem acontecido neste ano, desde maio, não é bom, engana o consumidor, que paga menos por algo que custa mais caro. Dada a crise atual, temos mais de 20% de reajuste contratado se a crise continuar como está”, avaliou o ex-diretor da agência Edvaldo Santana.

O coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Clauber Leite, considera o alívio neste momento positivo e um “alento” para a população, já que o custo da energia tem uma representatividade alta para as famílias mais pobres. Ele defende que sejam estudadas medidas para que, de fato, haja redução nas contas, e não postergações de custos e que não impliquem aumento excessivo posterior. “Por exemplo, o ICMS é um dos grandes custos das tarifas, é cobrado sobre os encargos, sobre a bandeira, deixa o consumidor em uma posição difícil, diminui o poder de compra”, afirmou.

As tarifas são reajustadas caso a caso no “aniversário” de contrato de cada distribuidora, e os percentuais estabelecidos são diferentes. Diversos fatores são considerados para definição do valor: os custos da geração, transmissão, encargos e até perdas técnicas ou não técnicas – conhecidos como “gatos”. Variam os percentuais também para cada tipo de consumidor: reajuste em um patamar para os ligados à alta-tensão, como as grandes indústrias, em outro para os conectados na baixa tensão, como o comércio e as residências.

## **Aumenta o estímulo para as empresas pouparem energia**

### **Broadcast**

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou portaria com as regras para o programa de redução voluntária do consumo de energia elétrica voltado para grandes consumidores, como as indústrias. Para possibilitar uma maior adesão ao programa, o governo acatou pleitos de agentes do setor e reduziu o lote mínimo de economia que as empresas devem ofertar de 30 MW megawatts médios (MWM) para 5 MWM. As

diretrizes foram publicadas em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) e têm vigência até 30 de abril de 2022.

O programa, voltado para grandes consumidores de energia elétrica, é uma tentativa do governo de reduzir os riscos de apagões e até mesmo de racionamento, diante da grave crise hídrica que o País enfrenta – a pior nos últimos 91 anos. Em troca da economia de energia, as empresas receberão uma compensação financeira. O governo também estuda um plano similar para incentivar a economia de consumidores residenciais. A medida está em estudo pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas a intenção é conceder descontos para famílias que conseguirem economizar energia, de forma voluntária.

Segundo portaria divulgada ontem, as empresas deverão informar o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) sobre quanto podem reduzir por períodos de quatro e de sete horas por dia, com vigência de um a seis meses. Diferentemente da versão preliminar divulgada pelo governo, a portaria prevê que o ONS poderá aceitar propostas com limites inferiores a 5 MW em casos excepcionais. As propostas deverão ser analisadas ainda pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), grupo colegiado presidido pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Pelas regras estabelecidas pelo governo federal, se o custo da economia de energia for menor do que o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que hoje está em seu valor máximo, de R\$ 583,88 por megawatt-hora (MWH), a diferença será revertida em benefícios dos consumidores via encargos na conta de luz. Mas, se for maior, os custos serão rateados por todos e cobrados nas contas. “As diretrizes permitem que o setor industrial participe e dê importante contribuição para a garantia da segurança do fornecimento de energia elétrica, nesse momento em que a escassez hídrica impõe grandes desafios para o atendimento da demanda de energia elétrica no país”, afirmou o MME em nota. “O objetivo da proposta é viabilizar, sob a ótica da demanda, alternativa para o aumento da confiabilidade, segurança e continuidade do atendimento eletroenergético aos consumidores do País, aos menores custos”.

Caso a empresa não consiga reduzir o consumo em no mínimo 80% do montante de energia previsto em sua oferta, será considerado como não atendimento à proposta feita e, assim, não receberá a compensação financeira. Caso a situação aconteça por

sete vezes no mês, consecutivas ou não, as ofertas restantes serão canceladas, mas a empresa poderá apresentar novas ofertas.

## **Litro de gasolina já supera os R\$ 7**

### **Broadcast**

O dólar e o cenário interno influenciam preço, que, no mês, já subiu 0,60%. Maior valor é pago no Rio Grande do Sul: R\$ 7,189, segundo a ANP. O preço da gasolina comum já ultrapassou R\$ 7 no Rio Grande do Sul e chegou a R\$ 6,99 o litro no Acre na semana passada, segundo a pesquisa semanal da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O preço médio praticado em todo o País, de R\$ 5,866, subiu 0,22% entre os dias 8 e 14 de agosto (últimos dados disponíveis) e acumula alta de 0,60% no mês. Para especialistas, o dólar tem grande influência nesse comportamento, mas outros fatores também influenciam.

Os derivados de petróleo sobem sempre que o câmbio sofre desvalorização (ou seja, o real fica mais barato) e o preço do barril aumenta, explica o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires. Ontem, o dólar à vista fechou a R\$ 5,3848, e o petróleo Brent negociado em Londres para outubro fechou a US\$ 65,18 o barril. “Estamos vivendo um período eleitoral e há uma confusão muito grande no governo. Acho que vai continuar tendo uma pressão via câmbio”, afirmou.

Na composição do preço da gasolina, a fatia da Petrobras é a maior, com 32,9%. A companhia detinha 98% do mercado de refino até 2019, quando se comprometeu com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a vender metade de suas refinarias. Por enquanto, a única que já foi vendida é a da Bahia, que ficou com o Mubadala, o fundo soberano dos Emirados Árabes.

Manter a paridade de preços internacional é considerado fundamental para atrair interessados para as outras refinarias. Outro fator que reforça a necessidade de reforçar a política da Petrobras de paridade de preços internacionais é o fato de o Brasil precisar importar combustíveis para abastecer o mercado interno. Quase 7% da gasolina consumida no País entre janeiro e junho deste ano veio de fora, afirma a diretora executiva de Downstream do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Valéria Lima. “Não adianta procurar culpar a Petrobras. Certamente o câmbio pressiona bastante, e

se estivesse mais baixo, a gasolina também estaria. E isso é resultado da política econômica, afinal, o câmbio reflete nossas condições macroeconômicas”, afirmou.

Há outros determinantes para o preço final, destaca a diretora. Os biocombustíveis, que também são incluídos na mistura final, também subiram – caso do etanol anidro, que é adicionado na proporção de 27% na gasolina comum e representa 15,9% do preço final. As margens brutas de revenda e distribuição, por sua vez, são estimadas em 11,7% do preço final.

Sempre citado pelo presidente Jair Bolsonaro, o ICMS (imposto estadual) também é vilão no preço dos combustíveis e responsável por 27,9% do valor final. Impostos federais – Cide, PIS e Cofins – representam outros 11,6%. Cada Estado tem competência para definir a alíquota. Segundo dados da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis (Fecombustíveis), ela varia entre 25% e 34% na gasolina, dependendo do Estado.

A gasolina brasileira não está entre as mais caras do mundo. O preço médio mundial, segundo o site Global Petrol Prices, era de US\$ 1,20 por litro no dia 16 de agosto e de US\$ 1,115 no Brasil – valor sem subsídios e impostos. O mais barato é o da Venezuela, de US\$ 0,020 por litro, enquanto o Líbano tem o valor mais caro, de US\$ 2,564.

## **Recusa de vacina acende debate corporativo**

### **O Estado de S. Paulo**

Com o avanço da vacinação contra a covid-19 no País, muitas empresas que mantiveram o time em home office até agora estão voltando a operar no presencial. Apesar de a imunização ser a forma mais eficaz de se proteger do vírus, o fato de algumas pessoas recusarem a vacina tem obrigado o mundo corporativo a se posicionar para garantir um ambiente coletivo seguro.

Com a previsão de reabrir seus escritórios em outubro, a Microsoft dos Estados Unidos anunciou que vai exigir o comprovante de vacinação de todos os funcionários e visitantes para que possam entrar nos prédios da companhia a partir de setembro. Facebook e Google informaram, que os colaboradores que retornarem ao presencial deverão estar vacinados.

No Brasil, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) manteve recentemente a justa causa aplicada à demissão da funcionária de um hospital que não quis se vacinar. A justificativa foi que, apesar de a vacinação não ser compulsória, a imunização em massa é a única maneira de frear a pandemia. Nesse caso, para proteger a saúde do coletivo, as empresas têm o direito de restringir a frequência ou o exercício de atividades de quem não aceitar entrar na dança – e até de demitir por justa causa, dependendo do motivo da recusa.

“A empresa não pode forçar o empregado a se vacinar, mas, se ele não o fizer, poderá sofrer consequências trabalhistas”, afirma Rodrigo Takano, sócio do departamento trabalhista do Machado Meyer Advogados. “Caso a empresa estabeleça a vacinação como uma condição para a proteção da saúde e segurança dos seus empregados no ambiente do escritório e o empregado se recuse a se vacinar, ele violará uma norma interna e inviabilizando o seu trabalho no ambiente coletivo. Nesse contexto, o empregador tem legitimidade para dispensar o empregado por justa causa”, ele esclarece.

Sob a ótica do trabalhador, o especialista ressalta que ele não poderá ser punido por não se imunizar se houver prescrição médica com contraindicação, mas o acesso presencial à empresa pode ser limitado. “Em comparação com outros programas nacionais de vacinação, como o da H1N1 (Influenza), a obrigatoriedade de vacinação é a mesma, porém, no contexto de pandemia e calamidade pública, há um rigor maior de toda a sociedade no que concerne a exigir e fiscalizar a vacinação individual em razão da tutela da coletividade”, reitera.

Diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações e médica do corpo clínico da Cedipi, a pediatra Silvia Bardella Marano explica que, apesar de nenhuma das atuais vacinas contra a covid-19 eliminar o estado de portador do vírus, a pessoa que se imuniza não adoece com a mesma frequência que aquela que está desprotegida – e, se contrair o vírus, as chances de transmissão são inferiores. “Além dos anticorpos, quem se vacina desenvolve vários graus de resposta contra aquele agente e as chances de o vírus se multiplicar são menores”, afirma. A médica faz um paralelo com outros vírus conhecidos. “Uma pessoa com sarampo contamina 18 pessoas, uma com varicela transmite a doença para quase 100% dos contatos não imunes e uma pessoa com covid-

19 contamina de 3 a 6 pessoas, dependendo da cepa. Então, ela representa um risco para a população, especialmente para quem não está vacinado por idade, gestação ou imunossupressão.” De acordo com Silvia, quem não pode tomar a vacina por algum motivo acaba indiretamente protegido pela imunidade de rebanho.

Em Goiânia, a Consciente Construtora promoveu campanhas de conscientização sobre a importância da imunização para seus colaboradores. Como resultado, a grande maioria dos funcionários já recebeu a primeira dose e deve estar completamente imunizada até setembro. Dos 190 operários, apenas 4 optaram por não tomar a vacina.

A empresa afirma que orienta, incentiva e procura conscientizar os colaboradores sobre a importância da vacina, inclusive facilitando para que os profissionais possam sair durante o expediente de trabalho para se vacinar. Apesar da campanha permanente, no entanto, eles entendem se tratar de um ato voluntário. Não há nenhum tipo de descontinuidade de contrato ou penalidade com aqueles que, por questões pessoais, decidam não se vacinar.

## **Conteúdos acelerados viram tendência na internet**

### **Folha de São Paulo**

Hoje, é possível passar um dia inteiro na internet em ritmo acelerado: as principais plataformas digitais já têm ferramentas para aumentar a velocidade de reprodução dos conteúdos. No Youtube, é possível assistir a um vídeo inteiro na metade do tempo. No WhatsApp, você pode ouvir um áudio até duas vezes mais rápido. O efeito atinge até produções culturais, com opções para ver um documentário na Netflix acelerado em 50% ou ouvir um podcast no Spotify até 3,5 vezes mais rápido. Para muitas pessoas, acelerar é o único jeito de consumir conteúdo em uma internet cada vez mais abarrotada de informações. A contadora Heloisa Motoki, de 43 anos, está acostumada com essa forma de usar a web: ela acelera tanto os áudios de amigos no WhatsApp quanto vídeos no YouTube – por lá, ela costuma acompanhar treinamentos para o trabalho e receitas de culinária.

Dessa forma, diz ela, a “aula” fica mais curta, mas o conteúdo é absorvido da mesma forma. Para Heloisa, a exceção é na hora de ouvir músicas, que ficam na velocidade normal para degustar o ritmo do artista. “A nossa mente se acostuma com a

rapidez e, com isso, ganhou tempo”, explica ela, cuja filha, de 16 anos, também adotou essa agilidade no YouTube para assistir a anime. “Eu faço muita coisa, recebo muitas mensagens e, com a pandemia, tudo foi para o online. Se eu não acelerar, não dou conta com o pouco tempo que me resta.”

É comum navegar pelo YouTube, por exemplo, e ler comentários de usuários dizendo que determinada música fica mais “animada” em velocidade 75% mais rápida. Há também casos em que espectadores de plataformas de streaming “apertam o passo” no ritmo da série para pular momentos considerados maçantes – a Netflix implementou a ferramenta de aceleração em julho do ano passado. Não é possível dizer se são esses recursos que nos deixam mais acelerados ou se são as pessoas que exigem soluções que ajudem a superar essas dores. Para especialistas, o ponto central da discussão são as consequências de toda essa pressa.

A psicóloga Andrea Jotta, pesquisadora do Janus, o Laboratório de Estudos de Psicologia e Tecnologias da Informação e Comunicação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, afirma que a tecnologia acompanha o uso das pessoas, que têm a autonomia sobre como vão utilizar essas ferramentas no dia a dia. “A aceleração de qualquer conteúdo vem por causa do excesso de informações”, aponta, citando que a pandemia potencializou esse cenário. “Não é possível consumir tudo o que está na internet, e não é nem saudável buscar esse conhecimento todo. Por isso, todos nós temos de fazer escolhas.”

Andrea dá um exemplo: uma série de streaming é criada para reter a atenção do espectador, seja por truques de roteiro, seja por poderosos algoritmos de recomendação que mantêm o usuário na plataforma. O usuário pode escolher entre consumir aquilo da maneira que foi planejado, acelerar o tempo, pular episódios ou abandonar. Em todas, a decisão cabe ao indivíduo e as ferramentas estão ali para serem utilizadas ou não, diz Andrea: “É preciso fazer o consumo saudável da internet, sem extrapolar limites.

Na visão da professora de jornalismo Michelle Prazeres, da Faculdade Cásper Líbero e criadora do movimento Desacelera SP, as grandes empresas de tecnologia, como o Facebook (dono do WhatsApp) e o Google (do YouTube), se aproveitam dessa sensação “latente” de urgência na sociedade para implementar esses recursos,

solucionando dores que partem dos usuários, soterrados de mensagens recebidas e conteúdos recomendados. “Ao mesmo tempo, esses aceleradores são vistos como livre arbítrio, mas as pessoas se entregam ao imperativo desta época, em que a velocidade é uma violência”, afirma Michelle, esclarecendo que o uso dessas ferramentas não pode ser criticado de forma unilateral porque pode trazer benefícios individuais, como em emergências. “Mas, do ponto de vista coletivo, isso terá reverberações no jeito que as pessoas conversam não só no âmbito da tecnologia, mas das relações humanas.”

Michelle levanta o ponto de que essas ferramentas podem “desumanizar” as relações. Um exemplo é uma conversa entre amigos, que, ao usar o áudio acelerado, alteram a entonação da voz e eliminam pausas dramáticas ou hesitações. “Em uma obra artística como uma série de televisão, o artista pensou a duração daquilo sob determinado ritmo. E isso faz parte da arte. Se você pega a temporalidade e acelera, você descaracteriza o produto e desumaniza”, explica.

## **Para presidente da Anglo, preço do minério é incógnita**

### **Broadcast**

A brusca desvalorização do minério de ferro é um movimento irracional, e o melhor para as empresas é “assistir da arquibancada” à flutuação da commodity, sem “participar do jogo”, afirma o presidente da Anglo American no Brasil, Wilfred Bruijn, o Bill. Ele reconhece que a instabilidade gera uma incógnita sobre o preço a ser lançado pelas empresas no orçamento de 2022. O preço “spot” do minério com 62% de teor de ferro para entrega na China, referência do produto, acumulou perdas de US\$ 30 de terça a quinta-feira, negociado ao menor valor em seis meses. O minério recuperou US\$ 7 das perdas, cotado a US\$ 140,44 a tonelada, mas o sentimento ainda era de cautela. Para Bruijn, a desvalorização tem origem nas medidas regulatórias do governo chinês para reduzir a produção de aço, o que resultaria em menor demanda por minério. “O sentimento era de que a queda estacionaria em algum ponto, mas não foi o que aconteceu. O preço continuou caindo”, diz o executivo. “É algo mais emotivo de um mercado que busca um novo patamar. Não sei dizer se o próximo movimento vai ser de mais uma queda de 20% ou uma alta de 20%.”

Apesar da baixa recente, a commodity permanece negociada acima dos valores de antes da pandemia. Em fevereiro de 2020, o produto era vendido perto de US\$ 80 a tonelada, quase a metade da cotação atual. O avanço seria resultado de um mercado “apertado”, fruto da pouca oferta de minério no mundo e uma demanda crescente das siderúrgicas da China. Bill explica que a oscilação de preços acaba refletida no balanço financeiro, uma vez que a companhia não “trava” a cotação em operações de hedge. A Anglo American deve produzir, neste ano, de 24 a 25 milhões de toneladas de minério de ferro no sistema Minasrio, em Conceição do Mato Dentro (MG). A produção é exportada, sobretudo, para China, Coreia do Sul, Taiwan e Oriente Médio.

As incertezas não devem afetar o plano de investimentos no país. Segundo Bill, estão sendo investidos US\$ 200 milhões no sistema Minas-rio, que, além da mina, conta com uma planta de beneficiamento e um mineroduto de 529 quilômetros de extensão até o Porto de Açú, no Rio. No ano que vem, serão mais US\$ 250 milhões investidos para aprimorar a operação e a manutenção da operação. A Anglo trabalha para cumprir, neste ano, a meta de utilizar 100% de energia renovável em suas atividades, incluindo uma parcela de autoprodução. Segundo ele, hoje, 96% da energia consumida pela operação local é renovável, entre eólica e solar. Para atingir a meta de 100%, a empresa aguarda o vencimento de um contrato mais antigo de energia.

***Assessoria de Comunicação – Sedet***  
***Fone: (85) 3444.2900***  
***www.sedet.ce.gov.br***

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços*	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até Junho)	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	4,76
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	6,08
INPC	-	4,48	5,45	5,01
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: (\*) Ainda está com relação a maio.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.162	33.694	7.468
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.409	66.686	18.723
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.756	104.338	16.418
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.304	131.844	19.460
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	182.982	159.443	23.539
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.027	187.771	33.256
JAN-IJUL	184.006	226.325	-42.319			
JAN-AGO	218.893	249.950	-31.057			
JAN-SET	256.906	275.920	-19.014			
JAN-OUT	300.857	304.054	-3.197			
JAN-NOV	341.518	329.960	11.558			
JAN-DEZ	372.189	358.139	14.050			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.